



XIX COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA
Universidade e Desenvolvimento Sustentável: desempenho acadêmico e os desafios da sociedade contemporânea

Florianópolis | Santa Catarina | Brasil
25, 26 e 27 de novembro de 2019
ISBN: 978-85-68618-07-3



A CONTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Diana Fernandes dos Santos Faraon

Universidade Salvador (UNIFACS)

yanna_ssa@yahoo.com.br

Carolina de Andrade Spínola

Universidade Salvador (UNIFACS)

carolina.spinola@unifacs.br

Luciane Stallivieri

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

lustalliv@gmail.com

Manoel Joaquim Fernandes de Barros

Universidade Salvador (UNIFACS)

manoeljb@unifacs.br

RESUMO

Esse estudo apresenta um panorama do processo de internacionalização do ensino superior no Brasil, com o objetivo de analisar a contribuição das IES por meio da mobilidade acadêmica estudantil para a formação de capital humano e desenvolvimento. Entendendo a relevância da internacionalização do ensino superior e a necessidade de inserir o nordeste brasileiro nesse contexto, particularmente a cidade de Salvador – Bahia, desvela o processo de internacionalização do ensino superior nas 46 IES da cidade de Salvador em atividade até Janeiro de 2019, através da identificação de como estão estruturadas as suas ações para a promoção da internacionalização no campo do ensino. A partir das análises propostas pelo estudo, conclui-se que a maioria significativa das IES privadas de Salvador não está trabalhando a internacionalização de ensino como parte inerente à formação de seus estudantes, e, se o fazem, não estão explorando a ferramenta de apresentação de conteúdo que a internet propicia por meio dos seus *sites* institucionais.

Palavras-chave: Capital Humano, Educação Internacional, Mobilidade Acadêmica.

1. INTRODUÇÃO

Esse estudo apresenta um panorama do processo de internacionalização do ensino superior no Brasil, com o objetivo de analisar a contribuição das IES por meio da mobilidade acadêmica estudantil para a formação de capital humano e desenvolvimento. Entendendo a relevância da internacionalização do ensino superior e a necessidade de inserir o nordeste brasileiro nesse contexto, particularmente a cidade de Salvador – Bahia, desvela, pela perspectiva dos estudantes e egressos, o processo de internacionalização do ensino superior nas 46 Instituições de Ensino Superior (IES) da cidade de Salvador em atividade até Janeiro de 2019, através da identificação de como estão estruturadas as suas ações para a promoção da internacionalização no campo do ensino.

A mobilidade acadêmica vem sofrendo diferentes interpretações ao longo dos anos, porém, para fins dessa investigação, as análises serão baseadas no conceito da Unesco (1998), que utiliza a seguinte definição:

Mobilidade Acadêmica compreende um período de estudo, ensino e/ou pesquisa em um país que não seja o país de residência de um estudante ou funcionário acadêmico ('o país de origem'). Este período é de duração limitada e está previsto que o estudante ou funcionário acadêmico retorne ao seu país de origem após a conclusão do período designado. O termo 'mobilidade acadêmica' não se destina a cobrir a migração de um país para outro. A mobilidade acadêmica pode ser realizada dentro dos programas de intercâmbio criados para esse fim ou individualmente (*free movers*ⁱ). A mobilidade acadêmica também compreende mobilidade virtual (tradução livre).

A internacionalização do ensino superior é um processo complexo e dinâmico, que envolve não apenas alunos e docentes, mas os diversos agentes do processo educacional, tais como reitores, pró-reitores, gestores administrativos, equipes operacionais e tantos outros. Assumindo um papel de evidência, pautada nas premissas da universalização do saber e da necessidade de formação de um cidadão global, apto a atuar de forma holística em uma sociedade globalizada e cada vez mais interligada, muitas instituições de ensino superior vêm encontrando, na possibilidade de oferta de experiências internacionais aos seus estudantes, a oportunidade de formação de um profissional diferenciado e com competências necessárias para o novo perfil requerido pelas demandas do mercado presente.

O contexto atual revela a necessidade de um profissional que consiga responder às demandas de sua localidade, do seu território, mas que, ao mesmo tempo, busque estar com os olhos abertos e atentos às questões globais, compreendendo os efeitos que os eventos externos geram em sua realidade, e percebendo que habilidades e competências serão necessárias para atuar nesse mercado dinâmico e de intensas variações. Uma das ferramentas que potencializam o destaque dos profissionais é a educação e aqui é importante salientar o papel das instituições de ensino superior na formação de cidadãos globais e profissionais mais bem qualificados e mais aptos para interferir positivamente no destino de suas regiões, destacando-se a sua importância como mola propulsora do crescimento e desenvolvimento das nações.

A educação apropriada pelo sujeito amplia o capital humano das empresas legando ao mesmo um potencial indelével capaz de diferenciá-lo entre os demais. Tal conceito fundamenta-se na Teoria do Capital Humano desenvolvida pelo economista Theodore William Schultz:

A característica distintiva do capital humano é a de que é ele parte do homem. É *humano* porquanto se acha configurado no homem, e é *capital* porque é uma fonte de satisfações futuras, ou de futuros rendimentos, ou ambas a coisas. Onde os homens sejam pessoas livres, o capital humano não é um ativo negociável, no sentido de que possa ser vendido. Pode, sem dúvida, ser adquirido, não como elemento de ati-

vo, que se adquire no mercado, mas por intermédio de um investimento no próprio indivíduo. Segue-se que nenhuma pessoa pode separar-se a si mesma do capital humano que possui. Tem de acompanhar, sempre, o seu capital humano, quer o sirva na produção ou no consumo. Desses atributos básicos do capital humano, surgem muitas diferenças sutis entre o capital humano e não-humano, que explicam o comportamento vinculado à formação e à utilização dessas duas classes de capital (SCHULTZ, 1973, p. 53).

Considerando que as instituições de ensino superior têm um importante papel na capacitação profissional de seus estudantes, por ser o elo entre eles e as oportunidades e desafios demandados pela sociedade, essas instituições também são afetadas pelo processo de globalização e precisam pensar em políticas e ações que promovam, de fato, a internacionalização do seu ensino dentro e fora do *campus*, permitindo que seus discentes tenham a capacidade de compreender e experimentar vivências que lhes proporcionem o preparo e o protagonismo frente à interação social, política, econômica, cultural, que vem sendo exigida nas relações de trabalho, com vistas a promover o desenvolvimento e o crescimento da região onde ele atua.

De acordo com Witt (2013, p.21):

A economia global do conhecimento, no entanto, forçará mais atenção para o enfoque na internacionalização do currículo, uma vez que o conhecimento e habilidades de todos os nossos graduados têm que refletir que eles são capazes de operar em um mundo mais conectado (tradução livre).

O papel que as instituições de ensino superior, notadamente as universidades, desenvolvem na perspectiva do ensino, pesquisa e extensão podem contribuir de forma assertiva na formação profissional de seus educandos. Desta forma, preparar os estudantes para o exercício da profissão com ênfase no protagonismo que leve à impactos e transformações inovadoras na sociedade e nas organizações torna-se ferramenta indispensável às instituições de ensino e converte-se como importante fator de desenvolvimento na sociedade do conhecimento.

A internacionalização do ensino, pesquisa e extensão é ferramenta importante para o desenvolvimento regional, uma vez que, instrumentaliza e prepara os profissionais para exercerem um papel atuante na sociedade. A partir de uma perspectiva global, em cooperação com os diversos atores do desenvolvimento como organizações governamentais, empresas e sociedade civil, a internacionalização presente na educação atua em prol do desenvolvimento de políticas ou ações que gerem impacto de nível local ao internacional.

Partindo do princípio que a internacionalização do ensino superior vem tornando-se um tema de relevância para a reflexão das instituições, é irrefutável que as IES articulem intencionalmente ações que as conduzam ao desenvolvimento de políticas e estratégias para tornar a internacionalização presente em sua rotina acadêmica, e essencialmente como um componente da formação de seus estudantes.

2. OS DESAFIOS DA SOCIEDADE E O PAPEL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR INTERNACIONAL NA CONTEMPORANEIDADE PARA A FORMAÇÃO DA CIDADANIA GLOBAL

A sociedade vive uma era de conectividade, interatividade e aproximação dos territórios jamais experimentadas na história, efeitos esse proporcionados pelos impulsos da globalização. Resguardadas as particularidades de cada povo e nação, é notória a amplitude e velocidade com a qual as informações circulam, os conhecimentos se disseminam e os muros se rompem proporcionando uma avalanche de mudanças, reorganizações e tendências nas mais diversas temáticas do mundo atual.

Para Lastres e Ferraz (1999), essas mudanças tem provocado efeitos que perpassam por impulsionamento da inovação de todos os tipos, criação de novos produtos e insumos, novos espaços regionais que se abrem para o exterior, organização da produção em rede, redefinição de sistemas de regulação pública nacional existentes, oportunidades e ameaças postas para indivíduos e instituições. Segundo Santos (2001), a globalização representa o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista, o precursor do desencadeamento da evolução econômica na sociedade atual que, pela sua idiossincrasia, tem aguçado as desigualdades em diversos níveis.

A necessidade constante de sair do lugar comum, de desbravar o novo, de cruzar as fronteiras, ainda que no limite das teclas de um computador ou de um *smartphone*, tem levado as pessoas a lugares inimagináveis, proporcionado um maior entendimento do senso de universalidade, ainda que muitas vezes estejam diante de intensas avalanches de informação, submetidos a uma consistência dos seus conhecimentos de forma fugaz. Essa relação tão efêmera com o teórico, com a tradição, em contraposição ao fenômeno do hedonismo, das sensações, das relações, tem moldado novas formas de perceber a identidade, intitulado as imagens pelas tendências, deslocado as referências, atribuído novos princípios e valores, miscigenado as culturas, aproximado os mundos nas esferas pessoais, profissionais e acadêmicas.

Nessas circunstâncias, repensar a atuação do profissional frente ao contexto social iminente se faz crítico e necessário. A internacionalização do profissional encontra respaldo no fenômeno da globalização em seus diversos níveis, dentre eles, a pungente exigência da formação de competência de cidadão global, mais preparado para lidar com os fenômenos sociais do século XXI, mais criativo e inovador para identificar novas possibilidades de ação profissional e social, mais consciente do impacto de sua formação para a transformação do seu contexto local ou ainda internacional.

A atuação das instituições de ensino, no bojo dessa conjuntura, deve ser intencional e ativa, com o firme propósito de formar agentes de mudanças oriundos da sua comunidade acadêmica, que podem protagonizar interferências benéficas e significativas à sociedade. É tornar-se parte inerente do processo de transformação social como multiplicadora de conhecimento, aberta a contribuir e servir à sociedade em seu processo de desenvolvimento e crescimento. Segundo Wolff (1993), a sociedade tem uma necessidade insaciável de conhecimento e aconselhamento especializado e as universidades são o grande repositório dessa sabedoria.

A velocidade das mudanças impele no indivíduo a necessidade latente de aquisição de conhecimentos fundamentais à sua formação humana e social, e saber desfrutar estrategicamente de todo o conhecimento adquirido ao longo da vida pode ser um grande diferencial. O profissional, que conseguir maximizar de forma criativa e orientada o conhecimento acumulado ao longo de sua existência, será conduzido a um nível de *expertise* e potencial diferenciado, terá destaque frente à sua performance no mercado de trabalho. Oferecer uma educação baseada na preparação de profissionais para atuarem como protagonista no âmbito das organizações e na sociedade é um importante ingrediente na formação pessoal e profissional que as instituições de ensino superior podem proporcionar aos seus estudantes.

Deardorff (2006, 2009) amplia o bojo das capacidades a serem desenvolvidas pelo estudante, quando define o modelo de competências interculturais como parte inerente da educação internacional. Não é apenas sobre conhecer a cultura do outro, mas também a sua própria, para desenvolver habilidades de relacionar-se de forma respeitosa e assertiva com os demais.

A partir da compreensão da existência das metamorfoses sociais e como elas implicam em uma rápida adaptação dos atores, que interagem na sociedade e podem contribuir para mitigar os efeitos negativos causados pelo despreparo diante dessas mudanças, é que podemos perceber o importante papel das instituições de ensino na formação de seus discentes. As barreiras culturais, linguísticas ou quaisquer outras que se apresentem devem servir de estímulo para proporcionar o desejo de descobrir novas teorias e saberes, novas formas de entender a socie-

dade e se relacionar com ela, visando o desenvolvimento e o crescimento do indivíduo e do seu meio através da educação.

Conhecimento altamente qualificado, domínio de novas tecnologias, domínio de línguas estrangeiras compõem alguns dos pré-requisitos essenciais de um bom currículo, no entanto o desenvolvimento de competências globais para atuação em mercados multiculturais representa um fator de relevância e valorização, requerendo a atenção das instituições de educação superior para a formação de cidadãos globais (STALLIVIERI, 2016). A sala de aula contemporânea conduz o saber ao confronto com as transformações sociais e requer expertise do docente ao apresentar conteúdos e teorias frente à materialização desses saberes ao real papel do profissional dos dias atuais. Torna-se inconcebível o compartilhar de saberes estanques que em nada conversam com os clamores da sociedade atual. Urge, no entanto, a necessidade de atuação de um professor antenado, hiperconectado e hiperinformado, que tenha capacidade de aliar conteúdo à prática e ampliar a extensão do conhecimento para o nível local e global.

Integrar as estratégias de internacionalização, que contemplem a dinâmica da gestão institucional, a formação diferenciada dos professores, o perfil e a diversidade imbuído no perfil discente e as demandas emergentes da sociedade em uma perspectiva global, é um dos grandes desafios das IES na contemporaneidade. De acordo com Knight (2004), a internacionalização é o processo de integração das dimensões internacional, intercultural e global aos propósitos, às funções primárias (ensino, pesquisa, extensão) e aos níveis institucional e nacional da educação superior. O que significa dizer, no entanto, que a promoção da internacionalização, desenvolvida em todas as esferas acadêmicas, deve ser uma missão de toda a universidade e não apenas uma meta do setor responsável pela internacionalização, ou ainda de diretores e coordenadores. Deve ser perseguida por todos.

A busca pela adaptação às tendências do novo mundo já vem sendo realizada por muitos estudantes. Um número expressivo destes tem cruzado as fronteiras para realizar estudos em outros países, sejam para aprendizado de idiomas, cursos de curta duração, *Semester Abroad* (i.e., mobilidade acadêmica de estudos no exterior), especializações, mestrados e doutorados, ou até mesmo para toda a formação no exterior. Esse interesse talvez se deva ao fato de ser, o *Semester Abroad*, um dos tipos de mobilidade acadêmica internacional mais complexos, evidenciado pelas suas características relacionadas ao tempo de duração, imersão acadêmico-cultural que proporciona, aprofundamento da proficiência em um idioma estrangeiro, desenvolvimento de habilidades interpessoais, dentre outras.

No que tange ao Brasil, uma pesquisa, realizada pela *Brazilian Educational & Language Travel Association* (BELTA, 2018), associação que reúne 450 agências de intercâmbio brasileiras (cerca de 80% do mercado), aponta que o Brasil teve um crescimento de 23% no número de estudantes em estudos no exterior no ano de 2017. Os estudantes brasileiros movimentaram cifras próximas do 3 bilhões de dólares em programas educacionais. Cursos de idiomas e ensino com trabalho temporário foram os programas mais realizados, com destaque para programas de mestrado e doutorado, que apareceram pela primeira vez entre os 10 mais procurados. A pesquisa revela que o Canadá (1º), EUA (2º) e Reino Unido (3º), Nova Zelândia (4º) e Irlanda (5º) destacam-se como os principais destinos de interesse dos estudantes brasileiros frente aos 39 países mais procurados.

Os anos anteriores foram marcados por uma série de crises, como a recessão econômica que levou à queda do PIB em 2014, crise política que levou a protestos contra o governo e *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016, auge das taxas de desemprego em 2017, grande aumento do câmbio de moedas estrangeiras como dólar, euro e libra esterlina, dentre outros fatores, resultando na redução de apoio governamental e empresarial nesta atividade, levando a um declínio do número de *Outbound* (i.e., saída de estudantes para ingresso em programas de estudos no exterior para programas internacionais). Porém, pesquisa recente da

BELTA (2018) revela que ainda permanece significativo o interesse de estudantes, pesquisadores e profissionais por experiências acadêmicas internacionais.

O crescimento do interesse de brasileiros por estudos no exterior tem promovido a visibilidade internacional do Brasil, proporcionando o intercâmbio acadêmico e profissional de estudantes e docentes também no território nacional, além de uma singular contribuição para o desenvolvimento regional, por meio de projetos conjuntos entre instituições nacionais e internacionais, oriundas de pesquisas em colaboração nas áreas de ciência e tecnologia, por exemplo. Essas relações têm motivado os estudantes a desenvolverem um perfil propício para a empregabilidade global pelo acesso ao conhecimento universalizado ainda na sua formação acadêmica.

Ao cruzar as fronteiras de seus países, nesse intenso trânsito de cérebros, divididos entre o limiar da expectativa e da realidade, do temor do novo e da ousadia em sair da zona de conforto para desconstruir os alicerces dos conceitos previamente adquiridos e assim tecer, remodelar e reconstruir novos ideais e concepções, os conhecimentos intercambiados são os mais variados possíveis. Não somente aqueles relacionados ao ensino e a aprendizagem, mas essencialmente aqueles que dizem respeito à vida e as relações humanas – comportamentos, identidades culturais, idiomas, histórias, experiências, princípios, valores e toda a estrutura das relações humanas com seus ônus e bônus. O sujeito descobre que é possível compreender e até se adaptar à realidade do outro, e, a partir desse encontro com a condição alheia, que essencialmente não é possível comparar como melhor ou pior que a sua, é que ele faz interações, enxerga pontos de similitudes, e pode até mesmo compreender melhor a sua própria realidade.

Se os seres humanos aceitam e apreciam outros seres humanos e se empenham no diálogo, logo veremos que as diferenças culturais deixarão de ser um *casus belli*. É possível ser diferente e viver junto. Pode-se aprender a arte de viver com a diferença, respeitando-a, salvaguardando a diversidade de um e aceitando a diversidade do outro. É possível fazer isso cotidianamente, de modo imperceptível, na cidade (...) (BAUMAN, 2009, p.89).

À luz das reflexões até aqui pontuadas, é importante considerar que a educação está em movimento, assim como o mundo e suas transformações. Compreender essa dinâmica trará benefícios para a sociedade, que terá condições de refletir sobre ela e produzir os novos modelos de educação com vistas a torná-la mais acessível, mais inclusiva, mais próxima daqueles que dela podem vir a fazer uso. Levar o indivíduo a pensar além das fronteiras com pleno conhecimento de suas origens e suas raízes, porém com o olhar escancarado para o novo, para as constatações construídas na diversidade dos saberes, e ser capaz de trilhar com seus próprios passos os infinitos caminhos que as descobertas são capazes de lhe proporcionar, talvez seja a grande contribuição da internacionalização da educação superior para a transformação da sociedade.

Na sociedade das escolhas, o ensino não se refuta a ser comparado e referenciado. Em tempos de alta competitividade no setor da educação, seja ela pública e especialmente privada, oferecer uma educação que atribui uma formação diferenciada tem sido a busca de muitas instituições de ensino superior. E a internacionalização é, sem dúvida, um dos diferenciados predicados, que tem levado o estudante a tomar a decisão de escolha por uma instituição. De acordo com Stallivieri, a internacionalização do ensino superior é questão de estratégia e sobrevivência:

Esteja ela ocorrendo das mais diferentes formas, a internacionalização chega como redefinição de posicionamento das instituições no cenário da educação superior e quase como forma de sobrevivência para toda e qualquer instituição que tenha clareza da relevância de seus objeti-

vos institucionais, que trate da educação e da formação de cidadãos, e que queira competir em nível de igualdade com as melhores instituições do mundo no novo cenário globalizado (STALLIVIERI, 2017, p.28).

Esse fenômeno impetra às instituições de ensino superior um dever compulsório de compreensão dos movimentos da sociedade e a direção estratégica e acadêmica que fundamente a sua prática, de modo a buscar a internacionalização em seus diversos níveis, das políticas às práticas, com o objetivo de contribuir de forma real para um projeto que constitua em sua essência, justiça social, equidade, qualidade e relevância das demandas prioritárias deste século. Ao perceber que a busca por novas descobertas e o desejo de desbravar novos conhecimentos é inerente ao estudante contemporâneo, fica evidente a necessidade das instituições de ensino superior universalizarem o seu saber e atuarem de forma mais intencional na formação acadêmica internacionalizada de sua comunidade, para que esse movimento, até então autônomo por parte dos estudantes, possa estar aliado de fato às suas práticas pedagógicas, dando sentido à formação do estudante na essência.

2.1 A EXPERIÊNCIA EUROPEIA NA INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E O CONTEXTO BRASILEIRO

A internacionalização do ensino tem seu percurso estabelecido desde o princípio da história dos países Europeus. A educação tem acompanhado o desenvolvimento e o crescimento das civilizações e alguns países notadamente têm investido os seus esforços em ampliar as fronteiras do conhecimento e aberto os seus celeiros acadêmicos para a cooperação internacional e atração de estudantes de diversas partes do mundo.

A troca de experiências promovida pela interculturalidade e multidisciplinaridade, decorrida das experiências acadêmicas internacionais, tem demonstrado a riqueza concebida pela cooperação entre países através da educação e despertado a fundamental importância da educação internacional, não só para as instituições de ensino, mas para as organizações e os governos dos países. Investir no capital humano, aproximar a academia das tendências do mercado, propiciar a interlocução dos países em prol de interesses comuns, favorecer o desenvolvimento das ciências e das tecnologias tem sido algumas das premissas que tem movido o interesse desses atores rumo à formação multicultural de seus cidadãos. Em um mundo em que as fronteiras se avizinham, que as diversas línguas se comunicam, que as distâncias não prevalecem, que a educação é livre, dinâmica, *mobile*, se faz necessário voltar os olhos para essa realidade e compreender como as instituições veem trabalhando para encarar essa diligência do ensino no mundo globalizado.

Nas três últimas décadas na Europa, um movimento em prol da educação internacional e da cooperação entre países, chamado Programa Erasmus (*European Region Action Scheme for the Mobility of University Students*), vem aproximando países da comunidade europeia com propostas de ensino universalizado, matrizes curriculares comuns, desenvolvimento de políticas educacionais com foco no fomento das relações entre os países envolvidos no programa e uma promoção intensa da mobilidade docente e discente. O *Erasmus* ganhou projeções intercontinentais e tem proporcionado oportunidades de experiência internacional a milhares de estudantes e docentes não apenas da comunidade europeia, mas também de diversas outras partes do mundo.

Estima-se que, também entre 2014-2020, dentro da área de estudo e aprendizado no exterior, participem 2 milhões de estudantes do ensino superior, 500.000 jovens participarão de intercâmbios de voluntariado em outros países, 650.000 programas de treinamento vocacional serão desenvolvidos; serão disponibilizados 200.000 programas de Mestrado com regime de financiamento, 25 mil bolsas para mestrados conjuntos; e 800.000 professores e jovens profissionais conhecerão novas metodologias de ensino e aprendizado no exterior. O programa pre-

tende ainda desenvolver 150 alianças estratégicas com 1500 com instituições de ensino e empresas para o fomento de alianças do conhecimento, 150 alianças no setor de habilidades setoriais serão firmadas, 2000 provedores de educação serão constituídos. No campo das parcerias estratégias educacionais, é esperada a construção de 25.000 ações com 125.000 instituições (ERASMUS, 2016).

Esse modelo de internacionalização do ensino superior na Europa transmite, para países de outros continentes e regiões, que vem trabalhando a sua militância no contexto do ensino superior, boas práticas sobre os sucessos e percalços dessa experiência. O compromisso de internacionalizar o ensino está além das vontades individuais de uma única instituição, mas é fruto de uma aliança entre instituições e especialmente Estados, que compreendem a importância indissociável da experiência internacional na formação de seu povo e estrategicamente vislumbram utilizar esse capital humano para o crescimento de suas regiões, proporcionando às pessoas desenvolvimento e melhor qualidade de vida. A experiência europeia aponta para um caminho que indica que a internacionalização do ensino superior é possível. E o percurso dessa caminhada se constrói e se consolida por meio da cooperação e alianças rumo ao alcance de ideais comuns.

A globalização tem aproximado cada vez mais os países e os continentes, e proporcionado pontos de convergência entre o norte e o sul. Já não é apenas a tecnologia, a acessibilidade, o comportamento e o consumo que colocam indivíduos de regiões tão distintas em condições equitativas, a despeito de toda a diferença em inumeráveis níveis, que ainda separam os países. Contudo, até mesmo os problemas, os conflitos, as dificuldades e os desafios cada vez mais são globalizados, o que implica reconhecer que tem sido cada vez mais compulsório desenvolver nos indivíduos uma cidadania global, que possa abarcar o entendimento dos cenários e dos desafios globais atuais e vindouros, preparando cidadãos *Made in Worldland!* – Do mundo e para o mundo, não afeitos apenas às questões do seu local de origem, mas que pensam globalmente.

O ensino superior abre um leque de possibilidades para a formação internacionalizada, mas o compromisso na formação de cidadãos abertos e prontos para experimentar e vivenciar as multifaces da sociedade mundializada precisa ser desenvolvido desde a formação básica dos estudantes, motivando-os a interpretar como ações globais refletem em sua perspectiva local e como atuar de forma proativa frente a situações que não são emergentes do seu lugar, mas estão constantemente presentes no seu dia-a-dia. Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, essa deve ser de fato uma obstinação. O tecido que forjou a construção social do Brasil foi concebido em regime de exploração e os impactos desse aspecto, que perdurou no país por mais de 300 anos em forma de escravidão, é perceptível ainda hoje. A economia global tem ditado o ritmo do desenvolvimento mundial e países em desenvolvimento necessitam dar passos ainda mais largos para se posicionar destemidamente diante de seus problemas conjunturais, para acompanhar e articular de forma estratégica o diálogo mundo afora.

A educação deve residir na centralidade de todo o desenvolvimento social de uma região. O empoderamento dos indivíduos através da educação é o principal legado que uma nação pode conferir aos seus cidadãos e a si mesma, pois converte as gerações presentes em agentes de transformação de hoje e orientam os trilhos do progresso das gerações que estão por vir. A internacionalização do ensino superior é uma demanda mundial. Sendo assim, o Brasil, considerado um importante país da América Latina, não pode ficar de fora dessa agenda.

A internacionalização do ensino superior, organizada estrategicamente, ainda é um evento recente nas instituições de ensino brasileiras. Porém, a internacionalização da educação está presente em solo brasileiro desde o período colonial, em um momento que, em sua fase inicial, não havia instituição de ensino superior no Brasil, porém, o País realizava a mobilidade emissiva dos filhos dos colonos abastados para universidades em Portugal e em outros países para a realização de estudos. Daquele período até os dias atuais, a educação brasileira tem

passado por diversas adaptações aos períodos históricos e de desenvolvimento do país, o que tem levado o tema da internacionalização do ensino superior a fazer parte indissociável da formação que compõe as competências necessárias aos estudantes, que emergem das instituições de ensino no século XXI.

Iniciativas isoladas de cooperação internacional sempre estiveram presentes na história das IES públicas e privadas, muitas destas colaborações até mesmo provenientes do incentivo do próprio Estado; o programa mais arrojado do governo para atender a essa temática foi o efêmero Programa Ciências sem Fronteiras - CsF, que impulsionou a mobilidade estudantil e docente de 2012 a 2015 nos níveis de graduação e pós-graduação. Anterior ao CsF, na Pós-Graduação, já existia o Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior - PDSE, instituído em 2011, em substituição ao Doutorado Sanduíche Balcão e ao Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE). A alteração visou ampliar o número de cotas concedidas às Instituições de Ensino Superior (IES) e dar maior agilidade no processo de implementação das bolsas de estágio de doutorando no exterior (CAPES/MEC). Porém, este programa era voltado apenas para pesquisadores.

O CsF remodelou a percepção do estudante brasileiro no exterior e apontou o Brasil como um dos maiores polos emissores de estudantes internacionais do sul do globo, o que proporcionou uma *cruzada do ouro* de muitas instituições estrangeiras em busca de *prospect students* (i.e., estudantes potenciais) no país. O número crescente da presença das instituições estrangeiras no país pode ser observado a partir da participação dessas instituições nas Conferências Anuais da Associação Brasileira de Educação Internacional – FAUBAI (2019), que saltou de 400 na sua edição na cidade de Joinville – SC, em 2014, para mais de 500, representando 29 países, no evento realizado na cidade de Belém do Pará, em 2019.

Intencionalmente, o programa abriu um espaço em nível nacional para a discussão da importância da mobilidade acadêmica para a formação do estudante e colocou as IES brasileiras na vitrine das principais IES da América Latina, momento oportuno para que as instituições de ensino superior brasileiras pudessem evidenciar seu potencial e desenvolver suas estratégias de promoção, tendo como objetivo não mais apenas o envio de estudantes ao exterior, mas também a atração de estudantes internacionais em seus *campi*. Em abril de 2017, o Ministério da Educação anunciou o fim do programa CsF e divulgou alguns dos seus números. De 2011 a 2016, quase 104 mil bolsas, sendo 78,9 mil delas destinadas a estudantes de graduação para programa de mobilidade no exterior, foram concedidas aos seus beneficiários. Foram investidos mais R\$ 13,2 bilhões entre os anos de 2011 e 2017 para subsidiar os custos das faturas pagas às universidades parceiras no exterior, investimento em cursos de idiomas e custo de manutenção dos bolsistas.

Meses mais tarde, em novembro de 2017, a CAPES lançou o Programa Institucional de Internacionalização – Capes-PrInt. O Capes-PrInt sinalizou o direcionamento das estratégias da CAPES para o fomento de ações inerentes às políticas de internacionalização do ensino das IES brasileiras por meio do *stricto sensu*, priorizando desta forma esse segmento do ensino, e não mais diretamente os programas de graduação, como o extinto Ciência sem Fronteiras. As instituições públicas de prestígio internacional e que figuram nos *rankings* mais importantes do mundo, como o QS Stars, *Times Higher Education* (THE), e outros do segmento, como a USP, UNICAMP, UNESP (em um total de 31 universidades, sendo, inclusive, seis da região nordeste e uma na cidade de Salvador), e as confessionais PUC-RJ e PUC-RS (num total de quatro confessionais), além da privada FGV, obtiveram êxito na aprovação de suas propostas, garantindo a continuidade da implementação de suas ações e estratégias internacionais para a expansão de seus programas de *stricto sensu*, face ao contexto global (CAPES, 2018).

O modelo de designação do investimento do governo federal em projetos de internacionalização do ensino superior, proposto pelo Capes-PrInt, acentua as desigualdades regionais, uma vez que privilegia instituições localizadas essencialmente nos eixos sudeste e sul do país, com

experiência no desenvolvimento de ações voltadas para a internacionalizações do ensino e essencialmente públicas. É latente a necessidade de implementar a internacionalização no cerne da formação do ensino superior, como parte inerente da formação acadêmica e cidadã do povo brasileiro, para que seja possível alcançar com eficiência o princípio indicado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Artigo 1º, inciso IX: “*cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;*”. Enquanto tal feito não é ainda consolidado por meio de uma iniciativa nacional, esse deve ser o caminho a perseguir das instituições de ensino superior, haja vista a comprovada contribuição da experiência internacional para a formação pessoal, acadêmica e profissional dos indivíduos e as fortes alianças que pode gerar entre as nações.

3. OPÇÕES METODOLÓGICAS

A partir da década de 60, o ensino superior privado começa a viver seu período de expansão e diversificação no Brasil, aumentando não só em número de instituições, mas também na quantidade de alunos e diversificação do perfil do estudante. Contudo, a ampliação da presença das instituições privadas de ensino superior se dá um pouco mais tarde com a criação do Plano Nacional de Educação em 1998 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, onde foi estabelecido o compromisso de atingir uma taxa de escolarização da população de 19 a 24 anos superior a 30%, o que implicaria o incremento de matrículas em 172% em uma década; além das iniciativas do governo Lula, propiciando o acesso por meio de programas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) anos mais tarde.

Instituições privadas, das mais jovens às mais conceituadas, começam a receber em suas salas de aula uma maior diversidade de gênero, raça e classe social, desta forma proporcionando o ingresso no ensino superior àqueles que não tinham acesso ao ensino público e muitas vezes sendo a primeira escolha entre o público-privado. De acordo com dados do Censo da Educação Superior 2017 (INEP, 2018), o número de matrículas em Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2017, no estado da Bahia, é representado conforme segue:

Tabela 2 - Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais 2017

Unidade da Federação Categoria Administrativa	Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais		
	Total Geral		
	Total	Capital	Interior
Bahia	331.229	156.144	175.085
Federal	59.652	35.754	23.898
Estadual	44.897	5.309	39.588
Privada	226.680	115.081	111.599

Fonte: MEC/INEP (2018)

É perceptível o protagonismo das instituições privadas de ensino superior no estado da Bahia e, em Salvador, na formação dos profissionais que ingressam no mercado de trabalho e contribuem com seus conhecimentos para o crescimento das organizações e o desenvolvimento regional. Contudo, o número de matrículas no ensino superior ainda é bastante incipiente em todo o estado. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), no módulo Educação, com dados de 2016 e 2017, constatou que 14,5% da população de 25 anos ou mais de idade na Bahia (1,358 milhão de pessoas, em números absolutos) não possuíam instrução, ou seja, não

havia cursado sequer um ano do ensino formal; 33,8% possuíam o ensino médio incompleto, 8,5% o ensino médio completo; 26,8% o ensino médio completo; 3,6% o ensino superior completo e 15,7% o ensino superior incompleto, ou seja, um em cada dez baianos apenas tinha nível superior – quarto menor percentual do país.

Segundo dados do e-MEC (2019), existiam 46 instituições de ensino superior privadas ativas somente na cidade de Salvador. A grande maioria (32) possui fins lucrativos, de acordo com a sua natureza jurídica, estando organizadas em grupos educacionais locais (Grupo Caélis Educacional, UNIDOM), nacionais (Estácio Participações, Grupo Objetivo de Ensino, Rede FTC, Ser Educacional, Króton Educacional) ou internacionais (Grupo Lusófona, Laureate International Universities, Rede Ilumino, Wyden Internacional); outras 14 não possuem fins lucrativos. Os dados do e-Mec (2019) revelam também a proeminência das Faculdades (35) como forma de organização acadêmica das instituições de ensino superior da capital soteropolitana, que concentram, por sua vez, boa parte do contingente de estudantes matriculados no ensino superior; as outras naturezas são representadas por 9 centros universitários e 2 universidades.

As instituições privadas de ensino superior têm tido um papel fundamental na formação de estudantes no Brasil e, em Salvador, essa tendência também é evidente. A efusão da discussão sobre o tema da internacionalização e a presença marcante de instituições superior em Salvador comandadas por grupos internacionais motivaram a realização desse estudo, com o objetivo de identificar em que nível a internacionalização do ensino já é uma realidade acessível aos estudantes e egressos do ensino superior na capital baiana, como as instituições de ensino tem atuado para atender essa demanda e que considerações em relação a melhorias podem ser sugeridas a partir da análise realizada. Diante, também, da relevância da internacionalização do ensino superior e da necessidade de inserir o nordeste brasileiro nesse contexto, particularmente a cidade de Salvador – Bahia, o presente estudo se propôs, nestes termos, a responder à seguinte indagação: De que maneira as instituições de ensino superior privadas soteropolitanas implementam programas de mobilidade acadêmica estudantil, contribuindo para a internacionalização da educação e para a formação de capital humano?

Quanto ao método de procedimento, optou-se pelo estudo de múltiplos casos, compreendendo na análise 46 IES de Salvador. No que tange à coleta de dados, realizou-se uma consulta às páginas *web* de instituições de ensino superior cadastradas como ativas no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior – e-MEC: nas categorias administrativas Privadas com fins de lucro e Privadas sem fins de lucro, com o objetivo de buscar evidências sobre o posicionamento das IES frente a internacionalização do ensino. Complementarmente, utilizou-se de pesquisa caracterizada pelo método *Survey* de caráter descritivo, através da aplicação de um questionário eletrônico com os estudantes e egressos que participaram ou desejavam participar de programas internacionais, para compreensão de sua percepção em relação à internacionalização do ensino, a partir da sua experiência em uma instituição privada.

Para perceber como as IES abordavam a perspectiva da internacionalização em seu canal de comunicação principal (página da internet), foi realizada uma pesquisa nos *sites* das IES lócus do estudo. Sendo a página das instituições de ensino um dos principais canais de comunicação e acesso à informação dos estudantes locais e internacionais, a investigação possuía como finalidade apurar: (a) apresentação e clareza em relação às informações sobre principais programas e ações internacionais que a instituição possui; (b) língua de comunicação: português e inglês e/ou outras; (c) rede de colaboração internacional; (d) fotos, vídeos e depoimentos de estudantes locais e internacionais com relatos de suas experiências.

Vale a pena destacar que o lócus de análise (o site) escolhido para a investigação das evidências da internacionalização da educação, que as IES se propõem realizar, é um dos recursos que as instituições possuem para divulgar suas estratégias para atrair alunos internacionais e promover as oportunidades para a sua comunidade acadêmica. É possível que nem tudo o que é

ofertado pela IES esteja elucidado em seu *site*, o que não desconfigura os seus esforços na promoção da internacionalização da educação. Porém, considerando a sua capacidade de comunicação em massa e por servir como um portal para as informações essenciais das instituições, além da capacidade de evidenciar as ações de internacionalização para estudantes locais e internacionais, foi esse o instrumento para análise que foi escolhido.

4. A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SOB A ÓTICA DAS IES PRIVADAS DE SALVADOR

À luz da pesquisa feita no *site* das instituições, apenas sete sinalizam ações de internacionalização, com destaque para cinco, que apresentam inclusive informações em inglês nos seus *sites* para buscar a atração de alunos internacionais. Cinco instituições sinalizam a existência de cursos de idiomas ou ainda parcerias com alguma instituição internacional, porém as informações não estão atualizadas e não indicam uma organização estruturada da internacionalização como pilar institucional. As demais não fazem qualquer menção ou referência a programas e atividades internacionais.

Instituir a internacionalização de forma estruturada em uma instituição de ensino demanda conhecimento, assertividade na busca de profissionais qualificados para atuarem no setor, proficiência de idiomas e *expertise* em relações internacionais e transculturais, além de uma aspiração institucional em prover as estruturas e esforços necessários para legitimar a internacionalização como parte inerente de seu projeto político pedagógico e institucional. Apesar de todo o fenômeno da internacionalização do ensino superior em diversas partes do mundo e já em diversas instituições do Brasil, muitas IES soteropolitanas não conseguem ainda considerar as experiências internacionais como parte integrante da composição curricular da formação de seus estudantes.

Dentre as instituições investigadas, a pesquisa concluiu que apenas 28% delas possuem atividades ou programas internacionais, percebidos a partir da análise de aspectos como: infraestrutura, oferta de programas e atividades, indicação dos países com os quais colabora, oferta de cursos de idiomas na instituição, canais de comunicação com o aluno ou galeria de fotos e vídeos. Os dados informam que apenas 13% das instituições possuem um escritório internacional ou setor que congrega as orientações sobre os programas internacionais que a IES oferece; 15% possuem um *link* dedicado no *site* para promover as ações de internacionalização. Quanto a programas oferecidos, apenas 15% das instituições expõem suas atividades. Dentre as mais comuns, estão *Semester Abroad*, Cursos Especializados de Curta Duração no Exterior e Idiomas no Exterior, com destaque para a Universidade Salvador (UNIFACS), que apresenta a maior quantidade de idiomas e atividades.

Há instituições que apresentam 01 (um) ou dois programas, porém alguns dos *links* são estáticos, o que remete à percepção de que os programas não estão mais ativos, como é o caso, por exemplo, da Faculdade Hélio Rocha, com o programa de estágios no exterior; da UNIVERSO, com a parceria internacional com a AULP – Associação das Universidades de Língua Portuguesa, ou mesmo a UNIRB, com as Visitas Culturais de Aprendizado com a Via University – Dinamarca. Em relação a parcerias internacionais, 19% mostram os países com os quais colaboram. Nesse aspecto, destacam-se, pela quantidade de países com os quais possuem cooperação, cinco instituições, tendo, como parceiros internacionais, os países da América Latina, América do Norte e Europa. Em alguns desses países, inclusive, as IES possuem outras unidades da mesma rede.

Em relação a programas de internacionalização em casa, destaca-se a oferta de cursos de idiomas. Porém, apenas 6% das instituições possuem Centro de Idiomas, com destaque para a UNIJORGE, que, além dos idiomas Alemão, Francês, Espanhol e Inglês, oferta também Árabe, Italiano e Mandarim. Duas instituições ofertam cursos de idiomas apenas na modalidade *online*. Os canais de comunicação comuns das instituições, que possuem mais detalhamentos

das oportunidades internacionais oferecidas, são: formulário de interesse e contato de telefone e e-mail do Escritório Internacional. Apenas duas IES possuem áreas de *feedback* dos intercambistas egressos, ilustrada por meio de depoimentos escritos, por vídeos ou fotos.

A comunicação com estudantes internacionais é vital para as IES que desejam atrair estudantes de instituições parceiras para viverem uma experiência acadêmica em seus *campi*. Apesar de elucidarem os seus atributos relacionados aos aspectos de infraestrutura, qualidade acadêmica, posição geográfica etc., as instituições, que não dispõem de informações claras para estudantes de outros países, possuem dificuldade de despertar a atenção de estudantes internacionais para si, especialmente se as informações, pelo menos da área internacional, não estão dispostas em inglês.

É importante que as informações, relativas à forma de ingresso, acomodação e processos operacionais para a acolhida sejam também especificadas para os estudantes internacionais. A partir dessa premissa, apenas 9% das instituições apresentaram informações em seus *sites* que servem de apoio e orientação a estudantes internacionais, com destaque para a UNIJORGE, que indica um arcabouço mais completo e detalhado para que o estudante estrangeiro passe pelas etapas principais do processo de intercâmbio acadêmico: forma de ingresso, acordo de estudos, acomodação e acolhida (programa *Buddy* – quando o aluno egresso de um programa internacional ou que tem interesse em atividades internacionais acolhe o estudante estrangeiro). O Escritório Internacional tem um papel fundamental nesse processo, pois serve como o elo entre a instituição estrangeira e o estudante, para guiá-lo em todo o processo da experiência internacional, desde a nomeação da instituição de origem até a acolhida e conclusão do programa escolhido na instituição de destino.

As informações concebidas a partir da análise dos *sites* das instituições de ensino superior privadas de Salvador remetem às seguintes reflexões: (a) as instituições focam a sua comunicação basicamente nos seus atributos de oferta, ou seja, cursos e serviços que oferecem, sendo que poucas usam as experiências internacionais como elemento diferenciado; (b) pertencer a uma rede de ensino internacional para algumas das instituições é o traço que define a sua internacionalização, não necessariamente ter programas e ações institucionalizadas com enfoque nas experiências internacionais; (c) a internacionalização vista com um caráter institucional, estruturada e com lideranças para dar conta das iniciativas inerentes a um escritório internacional ou departamento semelhante é percebida na minoria das instituições, o que revela o baixo interesse ou percepção das IES sobre a importância dessa área como um pilar estratégico das instituições; (d) as instituições não enfocam na sua relação com estudantes, docentes ou parceiros internacionais. Os *sites* não estão preparados para comunicar em outra língua que não seja o português. As poucas instituições que apresentam algum conteúdo em inglês geralmente apresentam informações relativas à apresentação da instituição, cursos e formas de ingresso. Porém, de forma pouco atrativa e completa; (e) entre as instituições que oferecem alguma atividade ou programa internacional, percebe-se um grande enfoque na emissão de estudantes para programas no exterior e poucas iniciativas para atração de estudantes e professores internacionais; (f) dos programas oferecidos, *semester abroad* e cursos de idiomas ou especializações no exterior são os que mais se destacam. Porém, são incipientes as iniciativas relacionadas a programas conjuntos, ou de dupla titulação; (g) não foi possível perceber expressivas iniciativas de internacionalização em casa, a não ser algumas ações como: oferta de idiomas presencial e *online*, eventos e palestras internacionais, oferta de disciplinas acadêmicas em inglês em algumas das instituições; (h) a pesquisa também não constata ações voltadas para estudantes de pós-graduação *lato e stricto sensu*. Há uma ênfase em programas voltados para alunos de graduação;

A partir desse estudo, conclui-se que a maioria significativa das IES privadas de Salvador não está trabalhando a internacionalização de ensino como parte inerente à formação de seus estu-

dantes, e, se o fazem, não estão explorando a ferramenta de apresentação de conteúdo que a internet propicia por meio dos seus *sites* institucionais.

5. CONCLUSÃO

Nos achados apresentados no trabalho, foi possível perceber que, apesar de alguns avanços, as IES brasileiras têm um longo caminho a percorrer para se adequarem às demandas globais na seara da educação, com o objetivo de oferecer uma educação internacionalizada em seus *campi*, a exemplo do que já acontece nos países europeus e norte-americanos. E, nesse contexto, o desafio das instituições de ensino superior privadas é ainda maior. Ceceadas de participar de muitas fontes de recursos públicos, agregadoras das múltiplas diversidades de alunos, do ponto de vista social e educacional, em meio às pressões da concorrência e do cenário econômico das regiões onde estão inseridas, as IES privadas são demandadas por esforço muitas vezes hercúleos, para perseguirem o propósito de internacionalizar a sua práxis, oferecendo aos seus estudantes programas e oportunidades internacionais ao longo de sua formação acadêmica

Foi possível analisar que, em geral, as ações realizadas pelas instituições soteropolitanas são direcionadas para programas de mobilidade acadêmica internacional, ou seja, a emissão de estudantes das IES de origem para o exterior. Poucas possuem programas para atração de estudantes internacionais. Ações de internacionalização em casa foram pouco encontradas. À exceção de ações de oferta de cursos de idiomas na instituição, palestras e eventos internacionais no *campus*, por exemplo, foram identificadas em um número restrito de instituições. A internacionalização do currículo, como a oferta de duplos diplomas, disciplinas acadêmicas em inglês, *Mirror Classes*ⁱⁱ e *Colaborative Online International Learning (COIL)* também é incipiente e pouco estimulada. Poucas instituições possuem uma organização estruturada para a internacionalização com a presença de escritórios internacionais ou departamentos responsáveis pela internacionalização institucional. Não fica claro como se dá o modelo de gestão da internacionalização e os canais de comunicação com os responsáveis.

Um outro aspecto importante da análise é que não necessariamente pelo fato de pertencer a uma rede de ensino internacional as instituições desse perfil preconizam ações de internacionalização do ensino ou tem como premissa processos de internacionalização estruturados. Percebe-se que internacionalização a que se propõem as instituições de rede estão muito mais presentes na gestão administrativa e operacional das unidades, do que objetivamente em ações concretas que remetam a programas e atividades internacionais quer sejam relacionadas à mobilidade ou de outras características. As ações de internacionalização encontradas nessas instituições são pontuais, porém não foi possível percebê-las como parte de uma estratégia da rede a qual pertencem por meio do canal consultado, o *site*.

Nota-se, a partir dessa análise, que os pilares da internacionalização do ensino são minimamente trabalhados pelas IES soteropolitanas, e que o desenvolvimento integral da experiência internacional, proposto por Hudzik (2011), carece de conhecimento aprofundado, por parte das IES, para uma melhor implementação. Evidentemente, as ações voltadas para a mobilidade são as que mais enfaticamente foram identificadas.

O protagonismo das IES privadas de Salvador tem legado uma contribuição inoldidável para o desenvolvimento regional e do país. O investimento na internacionalização do ensino marcará de forma mais expressiva esse esforço, possibilitando a formação de um profissional muito mais hábil e munido da bagagem de conhecimento e competências necessárias para enfrentar os desafios atuais. As políticas públicas, voltadas para a educação superior, precisam contemplar a perspectiva da internacionalização e unir os recursos necessários para implementar as ações a partir de parcerias e cooperação internacional, alianças entre governos, acordos com a iniciativa privada, desenvolvimento de estratégias e trabalhos conjuntos com empresas e organizações da sociedade civil.

A cidade de Salvador é um terreno fértil para o nascedouro de iniciativas voltadas para o desenvolvimento com vista ao bem estar social, a qualidade de vida das pessoas, ao estímulo à pesquisa e fomento de novas tecnologias, que podem ser profícuas para o crescimento não apenas de toda a cidade e estado, mas também de todos o país e em diversas partes do mundo. E, nesse ensejo, as instituições de ensino superior privadas são fundamentais parceiras para o progresso de iniciativas e projetos que visem, além de contribuir para a formação de profissionais e cidadãos, causar impacto e transformar a vida das pessoas e das nações. A partir das ponderações observadas ao longo dessa investigação, as IES privadas de Salvador precisam notadamente adotar algumas mudanças acadêmicas e estruturais para responder às demandas da sociedade atual e desenvolver de forma mais axiomática as habilidades e competências dos seus educandos para enfrentar um mundo em constantes mudanças.

Como contribuição, recomenda-se que as instituições observem e pensem em alternativas para fomentar a internacionalização, avançando da perspectiva da mobilidade para ações ampliadas de internacionalização, que respondam aos seus anseios e estratégias demandadas pela sociedade globalizada. Dentre as questões a serem observadas, aponta-se a necessidade de construção de uma abordagem global do conhecimento, respeitando as complexidades de sua aplicação, porém cônica de que o impacto da educação pode alcançar uma escalabilidade além das fronteiras do aprendizado. Internacionalização passa a ser parte inerente da formação acadêmica e diversos programas e ações de mobilidade e *on campus* (i.e., atividades e programas internacionais que ocorrem na própria instituição ou promovida por elas em outros locais, porém dentro do país) passam a ser ofertadas para os estudantes.

Dinamizando o ensino, por meio da introdução de metodologias e recursos digitais nas aulas com interação internacional, como oferta de compartilhamento de conteúdo e conceitos na linguagem das novas gerações por meio do uso das tecnologias de comunicação, a internacionalização e a colaboração virtual são um forte propulsor da internacionalização em casa. É salutar também a promoção do diálogo mais próximo com empresas e organizações para conhecer o perfil profissional desejado por esses atores, bem como um olhar mais atento às profissões emergentes para promover uma educação internacional diferenciada, em articulação, inclusive, com instituições acadêmicas internacionais. A necessidade eminente de mudança do discurso teórico para a prática é essencialmente necessária. Mais contato *hands on* (i.e., treinamento em contexto real) com o conhecimento, buscando aproximar a teoria da prática. A pesquisa em colaboração internacional e a vivência em outros mercados de atuação podem incitar o desenvolvimento destes aspectos.

A compreensão e disseminação da valorização da diversidade, como aspecto importante para as relações sociais da vida acadêmica, refletindo as expectativas de resposta a ela no contexto da sociedade são outros importantes aspectos. Além disso, promover a abertura para a criação de um ambiente acadêmico mais inclusivo e plural, consciente da necessidade de adaptação constante, para acolher os sujeitos de diferentes realidades sociais e econômicas, com diversas aspirações, respeitando as culturas diversas e as histórias de cada estudante, transforma pessoas. O desenvolvimento de competência interculturais, como importante instrumental para esse fim, pode guarnecer o sujeito para uma atuação mais respeitosa e mais inclusiva na sociedade e em todos os aspectos da vida, abrindo espaço para o diálogo, e conseqüentemente para o crescimento mútuo.

Inquestionavelmente, a internacionalização do ensino superior, sob a ótica da mobilidade acadêmica internacional é um importante indicativo de que a formação do capital humano, a partir da experiência internacional, amplia a perspectiva de cidadania global dos estudantes e estes, mais capacitados e em conexão com sua realidade, podem contribuir para o desenvolvimento das sociedades.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BELTA. **Pela primeira vez, Brasil ultrapassa 302 mil estudantes no exterior, revela pesquisa da Belta**. Disponível em: <http://www.belta.org.br/destinos-preferidos-pelos-brasileiros/>. Acesso em: 25 jan.2019.
- _____. **Edital 41-2017: Programa Institucional de Internacionalização - .Capes-PrInt –** Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/10112017-Edital-41-2017-Internacionalizacao-PrInt-2.pdf>
- DEARDORFF, D.K. Identification and assessment of intercultural competence as a student outcome of internationalization. **Journal of studies in International Education**, v. 10, n.3, p. 241-266, Fall, 2006.
- DE WIT, H. **An introduction to higher education internationalization**. Milan: Vita e Pensiero, 2013.
- _____. **Cooperação da União Europeia no domínio da educação e da formação (EF 2020)**. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv:ef0016>. Acesso em: 04 jul. 2017
- _____. **Erasmus Plus at a Glance,2014-2020**. Disponível em: https://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/sites/erasmusplus/files/erasmus-plus-at-a-glance_en.pdf. Acesso em: 02 jul.2017.
- ERASMUS+Guia do Programa 2019**. Disponível em: http://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/resources/documents/erasmus-programme-guide-2019_pt . Acesso em: 27 fev.2019.
- _____. **The Erasmus Impact Study**. Disponível em: http://ec.europa.eu/dgs/education_culture/repository/education/library/study/2014/erasmus-impact_en.pdf. Acesso em: 04 jul. 2017
- HUDZIK, J.K. **Comprehensive Internationalization**. NAFSA, Washington – DC, 2011.
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Brasília. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/conheca-o-inep>. Acesso em: 08 jul.2017
- LASTRES, H.M.M.; FERRAZ, J.C. Economia da Informação, do Conhecimento e do Aprendizado. In: LASTRES, H.M.M.; ALBAGLI, S. (Org). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 27-57.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro e São Paulo, Editora Record, 2001
- SHULTZ, T.W. **O capital humano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- STALLIVIERI, L. Estratégias para Internacionalização do Currículo: do Discurso à Prática. In: LUNA, J.M.F. **Internacionalização do currículo**. Campinas: Pontes, 2016.
- _____. **Internacionalização e Intercâmbio**. Curitiba: Appris, 2017.
- STEWART, T.A. **Capital Intelectual**. Campus, 1998.
- _____. **World Declaration on higher education for the twenty-first century, 1998**. Disponível em: http://www.unesco.org/education/educprog/wche/declaration_eng.htm. Acesso em 12 jun. 2019.
- WOLFF, R.P. **O ideal da Universidade**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1993.

ⁱ Estudantes que realizam mobilidade acadêmica por iniciativa própria sem assessoria dos departamentos de internacionalização das instituições ou programas nacionais ou internacionais (Erasmus, Fulbright, Capes etc.)

ⁱⁱ Atividade realizada por professores de instituições localizadas em países distintos, em conjunto, durante o semestre letivo. Os professores planejam e executam a disciplina simultaneamente com os alunos de suas instituições. Há encontros virtuais periódicos, interação entre os alunos de ambas as instituições, avaliações conjuntas valendo nota no conjunto de avaliações do semestre.